

DITADURAS MILITARES NA AMERICA DO SUL (1964-1985)

Valdenor Cabral dos Santos ¹

RESUMO: Este trabalho aborda as ditaduras militares na América do Sul no período de 1960-1980. Buscam-se suas conexões, ou seja, uma tentativa de aproximação entre as ditaduras instaladas em diferentes países sul-americanos. Além dessas conexões a atenção se volta para os fatores que levaram a esse tipo de governo, resultante de golpes de estado nesse período. Especificamente, diante de um cenário internacional marcado pela guerra fria, discute-se de que forma a América do Sul foi tratada pelo vizinho do norte, capitalista, sobretudo, frente ao exemplo da revolução socialista cubana, 1959. Uma abordagem histórica sobre a formação política dos países sul-americanos e de conceituação de regimes autoritários de governo se coloca, nesse trabalho, como necessária para a compreensão do período delimitado, bem como a forma de governo consolidada pelos golpes militares. Entretanto, tal compreensão não prescindiu de um olhar ao cenário internacional e seus reflexos na América. Para tanto, metodologicamente, lança-se mão da pesquisa bibliográfica sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Militarismo, Ditadura, América do Sul, Estados Unidos.

ABSTRACT: This assignment deals with the military dictatorships in South America in the 1960-1980 period. It seeks their connections, trying to approach the dictatorships introduced in different South American countries. In addition to these connections the attention turns to the factors that led to this kind of government, a result of coups in that period. Specifically in an international scenario marked by the “Cold War”, the discussion is about how the South American people were treated by the northern neighbor, capitalist, especially compared to the example of the socialist revolution in Cuba in 1959.

A historical perspective about the formation of the South American countries and the conceptualization of authoritarian government stands in this assignment, as necessary to the understanding of the delimited period and the consolidated type of government by military coups. However this understanding didn't renounce to take a look at the international scenario and its consequences in America. For that, methodologically, we start the literature research about this subject.

KEYWORDS: Militarism, Dictatorship, South America, the United States.

1- Formado em História pela Unifan (Faculdades Alfredo Nasser), especialização em Gestão e políticas Públicas pela Faculdade Araguaia e mestrando em História pela PUC-GO.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta abordar as ditaduras militares na América do Sul no período de 1960 a 1980 buscando suas conexões. Pretende-se analisar quais fatores influenciaram no advento desses regimes totalitários que tomaram o cone sul do continente e qual a participação do imperialismo norte-americano nesses regimes.

Desde o final da segunda guerra mundial (1945) até o ano de 1989 (ano da queda do muro de Berlim) o mundo ficou dividido entre duas áreas de influência político-econômica. De um lado os Estados Unidos (capitalista) e do outro, a União Soviética (socialista), período que ficou conhecido como guerra fria. Durante esse período, a parte sul do continente americano, área de influência norte-americana, passou por um processo de crise dos regimes populistas enquanto houve um aumento nas reivindicações populares por melhorias na qualidade de vida. Temendo que acontecesse na América do Sul revoluções socialistas, a exemplo de Cuba (ilha do Caribe) alinhada a União Soviética, os Estados Unidos tomaram uma série de medidas na tentativa de conter o avanço do socialismo.

Diante desse contexto cabem alguns questionamentos: o que são regimes totalitários; de que forma a crise no populismo agravou a situação política do continente; de que forma a revolução cubana influenciou na instauração desses regimes; como se deu a participação dos Estados Unidos nesses regimes. Para responder a todos esses pontos o presente trabalho lança mão da pesquisa bibliográfica a partir dos seguintes teóricos Wasserman (1992), Prado (1996), Guazzelli (1993), Karnal (2007), Donghi (2008), Rossi (1982), Salles, Janotti e Prado (2006), Arendt (1998), Cáceres (1996).

REGIMES AUTORITÁRIOS

A história da América do Sul ao longo do século XX não esteve muito ligada à democracia, e sim à ditaduras e a regimes autoritários, por ter uma presença tão comum e repetida desse modelo de governo desde o processo de independência, quando grupos oligárquicos recorriam ao exército para manter o domínio político. Para Rossi (1982, p.16)

nos primeiros anos pós-independência o exército servia de guarda pretoriana da ordem estabelecida dando suporte a determinados grupos oligárquicos.

Ao longo do século XX essa forma de governo foi uma constante na parte sul do continente americano sendo usado sempre que necessário para reprimir e sufocar movimentos de caráter popular que reivindicavam mudança no cenário político. Para Prado (2006, p. 34)

(...) Em 1980, dois terços da população da América Latina vivia sob regimes militares, na América do Sul, oito países eram dirigidos por militares. De modo geral, essas ditaduras foram o resultado de golpes, que abortaram grande mobilização social cujos atores carregavam bandeiras com importantes reivindicações sociais e políticas (...).

Essas ditaduras no pós-segunda guerra visavam combater um inimigo que ameaçava a hegemonia dos regimes capitalistas, o comunismo. Tratava-se de reprimir de forma violenta as ações de grupos considerados, pelos grupos dominantes, como “subversivos”, ou seja, líderes de movimentos sociais que reivindicavam transformações sociais, econômicas e políticas nos seus países.

Contudo, os regimes autoritários, ditadores não foram exclusividades dos governos sul-americanos, e nem da história contemporânea. Essa forma de governo já era usada na Roma antiga. A palavra ditadura vem do latim *dictatura*, teve origem nos decretos que eram ditados (daí ditadura) pelo ditador romano e tinha valor de lei. Entretanto, o conceito moderno de ditadura é diferente da ditadura romana.

Para Cáceres (1996, p. 96-97) a ditadura romana era uma instituição de caráter extraordinário, só era decretada em circunstâncias excepcionais, e o ditador era indicado por um ou dois cônsules (os chefes do governo romano) e visava controlar situações de emergência como uma crise interna ou uma guerra, e tinha tempo determinado. Mesmo com amplos poderes o ditador não podia revogar ou alterar leis, declarar guerra, criar novos impostos e nem exercer o papel de juiz nos casos de direito civil. Percebe-se que seus poderes eram limitados.

Atualmente a palavra ditadura serve para designar os regimes de governos não democráticos ou antidemocráticos em que não há participação popular. Na ditadura moderna o ditador não chega ao poder por indicação de outro poder e sim tomando-o por meio do uso da força, e concentra todos os poderes nas mãos. Outras diferenças marcantes dos regimes ditatoriais modernos é que os poderes do executivo são ilimitados podendo estes suspender os direitos civis dos cidadãos e até fechar o Congresso caso seja conveniente. Exemplo disso foi o caso do A.I 5 (Atos Institucionais) no Brasil que deu imensos poderes ao ditador.

Tomados por uma ideia exacerbada de poder, os ditadores modernos podem promulgar novas Constituições que lhes asseguram amplos poderes com duração ilimitada. No Brasil, por exemplo, a ditadura durou de 1964 a 1985, na Espanha o general Francisco Franco tomou o poder em 1936 e o manteve até a sua morte em 1975 e em Portugal o governo de Salazar durou de 1932 a 1968.

As ditaduras modernas são contrapontos as repúblicas democráticas, modelo no qual o poder se encontra dividido em várias instâncias, equilibrando-se os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. É oposto ao princípio democrático onde o poder é transferido de baixo para cima via eleições. Na ditadura além da centralização do poder, a transmissão da autoridade política ocorre de cima para baixo a partir da decisão do ditador.

Para Arendt (1998, p. 23) os regimes totalitários são momentos em que há a suspensão da política, já que nesses momentos não há diálogos nem negociações e sim a imposição de idéias tidas como verdades absolutas. Onde começa a dominação acaba a política, portanto, ditadura é a desnaturação da coisa política.

A política é um mecanismo indispensável para a convivência do ser humano em sociedade, pois nela se encontra o gerenciamento das diferenças, através de debates de ideias. A não aceitação da diversidade ou a eliminação do que é diferente é a eliminação da política, impulso básico e princípio ativo dos regimes totalitários. Nos regimes totalitários os governantes mutilam qualquer forma de debate e contestações a ideias de mudanças, não admitindo interferência na forma de governarem.

HISTORIA POLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL NO SÉC. XIX.

Respeitando as particularidades de cada um, os países da América do Sul apresentam muitos elementos em comum. Foram colônias européias desde o século XVI, conquistaram sua independência política no século XIX, e depois sofreram preponderância econômica da Inglaterra que segundo Wasserman (1992, p. 12), foi quem financiou a luta contra as metrópoles no processo de independência.

A luta pelo poder na América do Sul começou com o processo de independência e a formação dos estados nacionais, quando um setor da oligarquia ou um grupo importante de proprietários rurais, conseguiu consolidar-se como classe economicamente dominante e garantiu a hegemonia política. Essas elites dominantes trataram logo de conter a participação das camadas populares da sociedade na esfera política.

Para manter essa concentração hegemônica de poder econômico e político foram organizados partidos oligárquicos que perdurariam no comando político até a crise econômica de 1929. Esses partidos não mediram esforços para manter o poder. Para Wasserman (1992, p. 20):

O estado oligárquico foi a expressão político administrativa de um modelo econômico de acumulação capitalista via setor primário, cujas principais características políticas eram a hipertrofia do aparato repressivo do estado, a exclusão da maioria da população dos órgãos de decisão, a eliminação dos elementos democráticos burgueses que se levantassem como alternativa progressista ao desenvolvimento do capitalismo e, muitas vezes, a intervenção política direta ou indireta do capital monopólico.

Entretanto, as camadas populares da sociedade começaram a reivindicar participação maior na vida política e se organizaram na tentativa de derrubar as barreiras impostas pelas oligarquias. Nessa luta pelo poder e por direitos na América do Sul no século XIX, as oligarquias contavam com a ajuda de um juiz não muito imparcial, o exército.

No Chile em 1891, houve uma briga de interesse entre o presidente Jose Manuel Balmaceda Fernandez, que tentava aprovar um orçamento para o país, e o parlamento que se recusava a aprovar. Esse confronto fez com que a maioria parlamentar que controlava as exportações, apoiada pela marinha e parte do exército, invadissem a parte central do Chile e, após sangrentas batalhas, tomasse Santiago, onde Balmaceda se suicidou. (DONGHI, 2008).

No Uruguai, Lorenzo Latorre (1876-1879), militar de carreira do exército nacional e seus sucessores impuseram uma ordem rigorosa e promoveram a pacificação do país, proporcionando uma prosperidade econômica muito grande nas últimas décadas do século XIX através de intensa repressão aos grupos de oposição. Segundo Wasserman (1992, p. 50) “Este desenvolvimento acontecia ao mesmo tempo em que os governos militares, representantes do partido colorado mais ligados ao mundo urbano, sufocavam toda e qualquer manifestação política”.

O rompimento das estruturas coloniais gerou um sentimento de liberdade sobre a parte sul do continente americano, sentimento esse que foi resgatado pelos heróis da independência. Só que o que se viu foi o mesmo regime de segregação das massas, pois as elites não estavam dispostas a fazer concessões e queriam manter seus privilégios e, para isso, os governos que sucederam os regimes monárquicos tiveram de contar com o apoio das forças armadas. Para Rossi (1982, p. 12):

(...) As novas repúblicas alcançaram a independência com um pletórico corpo de oficiais e não ousam desmobilizá-lo. Para pagar os oficiais, são obrigados a recorrer à violência, a fim de obter novos recursos, cada vez maiores, retirados de regiões frequentemente arruinadas pela guerra, com isso passam a dependerem cada vez mais do apoio não desinteressado dos militares.

Rossi considera impossível estudar a história da América do sul nos 150 anos pos-independência sem falar do uso da força para manter determinados grupos no comando. Entretanto, é importante estabelecer a diferença entre esses grupos militares do século XIX e o XX. No século XIX os militares serviam apenas como um suporte para manter as oligarquias no poder não assumindo de fato o comando, salvo algumas exceções. Diferentemente do que acontece no século seguinte em que de simples mantenedores de um determinado grupo, assumem de fato o comando.

HISTÓRIA POLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL NO SÉCULO XX

O século XX foi um século muito agitado no campo político da América do Sul. Do começo do século até 1930, foi um momento de implantação do modo de produção capitalista na América dos Sul, período de auge e declínio dos regimes oligárquicos. No final da década de 20, esse quadro de hegemonia começou a mudar, aconteceram grandes mudanças no direcionamento político, social e econômico. Prado (1996, p. 12) ressalta que o modelo de desenvolvimento econômico baseado na agroexportação e na mineração, preponderantes no início do século XX, ao se diversificar, acabou favorecendo o nascimento de uma economia urbano-industrial que em ritmo lento, mas contínuo, deu origem a novos grupos com ideais que se contrapõem ao modelo oligárquico.

Esses novos grupos defendiam idéias nacionalistas, favoráveis a industrialização e a uma economia baseada na expansão interna. Para Wasserman (1992, p. 28.) a crise política do estado oligárquico evidenciava-se a partir do aparecimento das classes genericamente denominadas antioligárquicas. Eram proletariados, setores médios urbanos e a fração industrial da burguesia que, constituídos enquanto classe ao longo do desenvolvimento oligárquico, passaram a questionar tal dominação.

Além dos grupos acima citados, deve-se considerar o campesinato. Os camponeses sul-americanos foram definitivamente integrados a economia a partir da expansão dos setores primários e sempre estiveram em posições subalternas. Esses camponeses formaram diversos tipos de movimentos como conflitos armados, guerrilha, messianismo. Tais movimentos reivindicavam mudanças na forma de exploração da terra. Segundo Wasserman (1992, p. 30), além de exigir terras eles levantavam seu protesto para a preservação ou reconquista de sua

cultura. O movimento camponês, ainda segundo Wasserman, a partir de 1930, com o declínio estrondoso do modelo primário-exportador, começou a colocar em questão um maior número de aspectos básicos da ordem social na qual participavam, e a exigir mudanças de maior profundidade e alcance capazes de por em risco a dominação vigente.

Outro movimento antioligarquico bastante atuante nesse período foi o movimento operário. Mesmo contando com pouco desenvolvimento na área industrial o começo do século marcou o início dos movimentos operários na América do Sul, (1901) Federação Operaria Argentina, (1909) Federação Obrera do Chile entre outros, promovidos por pessoas de filiação conservadora que reivindicavam melhorias para a classe operária dentre as quais, melhores salários e menor carga horária de trabalho.

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que esses primeiros movimentos, ou seja, que essas primeiras agremiações eram em sua maioria apolíticas. Segundo Wasserman (1992, p. 35) eram movimentos que possuíam um caráter meramente assistencialista, basta observar que seus objetivos eram lutar por melhorias de salários, redução da jornada de trabalho, harmonizar os interesses das classes operárias. Essas reivindicações não tinham a intenção derrubar governos ou questionar a ordem política estabelecida. Porém, seus jornais e publicações foram os precursores dos debates públicos sobre ideologias anarquistas e socialistas na América do Sul.

A violência utilizada para reprimir esses movimentos fez com que esses ideais entrassem em decadência no meio operário. Por outro lado, se a violência era o veículo da repressão e subjugação dos manifestantes, não se pode deixar de considerar um elemento que se tornou uma inspiração, a Revolução Russa de 1917, a qual influenciou na fundação de partidos comunistas na América. Argentina (1918), Uruguai (1920) e Brasil (1922), são alguns exemplos.

Durante as três primeiras décadas do século XX o movimento operário, apesar das limitações de atuação, foi um contraponto ao domínio oligárquico na América do sul. Para Wasserman (1992, p. 37) “O proletariado urbano dissociava o enfrentamento econômico do político e colocava em primeiro plano a oposição oligarquia povo. Associando-se muitas vezes a burguesia e setores médios para lutar contra o estado oligárquico e a favor do nacionalismo.”

A falta de organização da classe operaria fez com que os movimentos se enfraquecessem e fossem facilmente manipulados por grupos burgueses que se encontravam fora do poder. Nesse contexto, os setores médios e a burguesia, apesar de formarem um grupo

heterogêneo, se tornaram os mais combativos na luta pelo desenvolvimento nacional e pelo fim do domínio oligárquico.

Foi de fato, a classe média quem liderou os segmentos populares na luta contra os regimes oligárquicos. Entretanto, segundo Prado (1996, p. 14) a classe média e as oligarquias não se constituíam necessariamente em duas classes antagônicas, pois, a burguesia só conseguiu desenvolver seu projeto de industrialização com a ajuda do capital das oligarquias, o desenvolvimento das indústrias só foi possível por meio de sólidas associações entre elas.

Podem-se destacar, dentre outros fatores, dois que se tornaram cruciais para o desgaste do domínio das oligarquias e o fortalecimento da emergente classe média. No campo interno, o desgaste do modelo agroexportador devido a grande pressão de grupos médios e populares da sociedade por uma modernização da economia, e o desequilíbrio das alianças realizadas por essa elite. No cenário externo, a crise de 1929 desencadeou um desequilíbrio geral na economia mundial, afetando diretamente as economias da América do Sul.

Mas se por um lado a classe média se fortalecia politicamente, do outro, as oligarquias procuravam defender-se, tentando controlar os movimentos populares. Segundo Wasserman (1992, p. 92) “Ao mesmo tempo, os temores em relação aos movimentos populares traduziram-se em intensificação da política da força como assassinato de líderes socialistas, perseguições ao movimento sindical e fechamento de jornais entre outras”.

A essa altura o exército já havia sido definitivamente incorporado à cena política nos países da América do Sul, seja assumindo o poder temporariamente, seja como árbitros poderosos. No início do século, mais precisamente após a primeira guerra mundial, algumas mudanças ocorreram no corpo do exército, o que fez com que ocorressem mudanças na postura das forças armadas, as quais iriam refletir de forma decisiva na história da parte sul do continente americano.

Para Rossi (1982, p. 20) “A partir da primeira década do século, a conduta dos exércitos, já não é tão linear na defesa do *status quo* e na função de guarda pretoriana das oligarquias dominantes”. Um dos principais fatores que levaram a essa mudança na postura do exército foi à aceleração do processo de profissionalização das forças armadas. Para Prado (1996, p. 32) essa profissionalização da carreira militar viabilizou a entrada de representantes dos setores médios e urbanos, oferecendo-lhes uma oportunidade de ascensão social com garantias de carreira.

Tratavam-se agora de oficiais que não tinham laços fortes com as oligarquias locais. Esses novos oficiais começaram então a questionar a hegemonia política das oligarquias e já não estavam mais tão dispostos a garantir esse grupo no poder a qualquer custo. Com isso, a

identificação desse novo corpo de oficiais, com as camadas médias da sociedade, grupo de onde eles se originaram, fez com que ocorressem levantes de jovens oficiais nos exércitos da América do Sul. O tenentismo no Brasil pode ser visto como um exemplo desse novo momento do exército.

Essa nova postura das forças armadas, juntamente com as crescentes pressões dos movimentos sociais, (camponês, operários, partidos comunistas, etc.) e a burguesia, fez com que o domínio oligárquico na América do Sul entrasse em decadência, dando origem a uma nova fase, o estado burguês. Para Prado (1996, p. 25) uma característica marcante desse período é a presença crescente das classes médias urbanas e burguesias industriais e comerciais no sistema de dominação.

Durante esse período o governo assumiu um caráter diferente dos governos de períodos anteriores quando serviam basicamente aos interesses das oligarquias agro-exportadoras. Agora o estado se dispunha a defender o mercado interno criando a estrutura necessária para a industrialização. As oligarquias foram substituídas como classe dominante politicamente, mas isso não significa dizer que deixaram de atuar e ter peso político. Sobre isso Prado (1996, p. 23) esclarece que:

O conjunto das classes e camadas dominantes formava obviamente, uma ampla frente de interesse que tendiam a defender-se da crise, através do estado. Este era particularmente, necessário para as classes capitalistas como fator de união de interesses entrecruzados. A oligarquia precisava da indústria, mas essa necessitava das divisas da oligarquia.

Nesse período de transição a América do Sul se torna palco de tensões políticas, sociais e ideológicas, entre diversos segmentos influentes da sociedade. Entre eles estava a classe média, oligarquias e latifundiários. Na tentativa de responder as diversas reivindicações desses segmentos, o estado burguês passa a limitar a organização das massas rurais, a organização independente do proletariado e a união dessas e de outras classes sociais.

Nesse contexto a burguesia, como grupo dominante, se mostrava incapaz de propor um projeto político e hegemônico que atendesse as mais variadas demandas sociais e políticas. Diante desse cenário surge na América do Sul, o Populismo. Essa emergência se torna possível no momento de crise política, quando nenhuma classe tradicionalmente a frente do poder contava com força suficiente para apaziguar as demais classes.

Os movimentos populistas eram policlassistas, pois buscavam integrar as varias classes sociais num grande projeto nacional. Eram também muito contraditórias, as decisões eram tomadas pelo presidente e ao mesmo tempo em que impulsionava a participação

popular, assumia um caráter autoritário; ao mesmo tempo em que faziam discursos nacionalistas e esbravejavam contra o capital estrangeiro, faziam concessões importantes aos mesmos. Para Rossi (1982, p. 22):

(...) Da mesma forma, atacam e irritam a velha oligarquia de proprietários de terra, embora não afetem seus interesses essenciais. Em troca nacionalizam aspectos chave da economia, dão toda proteção possível ao desenvolvimento industrial e promovem – ou tentam fazê-lo - uma distribuição menos injusta das riquezas.

Essas medidas aliadas a discursos nacionalistas legitimavam os governos populistas perante as grandes massas, causando assim o congelamento das lutas de classes e movimentos sociais. O fenômeno do populismo na América do Sul durou da década de 1930 até meados de 1970, e têm em Getúlio Vargas, no Brasil (1930-1945, 1950-1954), Juan Domingos Perón na Argentina (1946-1955), na Bolívia Jose Maria Velasco Ibarra (1934-1935, 1944-1947, 1952-1956 e 1968-1972) significativos expoentes.

Nesse período o exército também teve uma participação ativa, seja dando apoio a governos civis, como no caso de Vargas no Brasil ou Perón na Argentina, pois ambos chegaram ao poder com forte apoio de setores do exército, seja pela segurança ocorrida dentro do setor face ao seu desenvolvimento. Segundo Prado (1996, p. 35).

A dominação da vida política pelas forças armadas, depois de 1930, notadamente no período entre-guerra estava baseada em varias considerações. O avanço da tecnologia bélica e a melhoria da capacidade militar provocavam um sentimento de confiança e superioridade sobre elementos civis. Tornaram-se menos vacilantes no empregar do poder para fins políticos.

Assim, verifica-se que na década de 30 do século XX, alguns países da América do Sul, também viveram politicamente sob regimes militares, como nos mostra Donghi (2008, p. 293-317): No Peru, em 1930, com Luís Miguel Sanches, na Bolívia, em 1936, com o coronel Busch, no Paraguai, em 1936, com o general Franco, dentre outros.

A partir dos anos cinquenta as soluções apresentadas pelos regimes populistas começaram a não atender mais as reivindicações sociais. Nesse momento os regimes populistas começaram a entrar em decadência na América do Sul. Para Rossi (1982, p. 25), “A experiência populista entra em colapso a partir dos anos 50, ante a notória incapacidade de superar suas contradições e limitações e ante a desconfiança dos setores mais tradicionais dos exércitos”.

A crise nos regimes populistas coincide com o início da guerra fria entre as superpotências (Estados Unidos e União Soviética), fator crucial para o futuro político da

parte sul do continente americano. Uma nova crise econômica atinge os países sul-americanos. Essa crise, de caráter econômico, fez com que as burguesias repassassem suas perdas aos setores populares causando assim uma queda nos salários dos trabalhadores e, conseqüentemente, uma diminuição do poder aquisitivo da maioria da população.

No campo as elites latifundiárias, devido à ausência de investimentos e a falta de recursos, tomaram medidas que provocaram o êxodo rural. Esses camponeses que chegavam as cidades somavam-se aos milhares de desempregados e marginalizados dos setores populares. Para Prado (1996, p. 85):

Na impossibilidade de responder as demandas sociais e políticas, cada vez mais crescentes das camadas populares, intensificaram-se na América do Sul as tensões entre as elites, tanto urbanas como rurais, e os demais setores sociais. A experiência histórica de conscientização política dos segmentos populares levou-os, diante da gravidade da crise, a uma progressiva radicalização da luta.

A forte tensão política começou a preocupar tanto as elites quanto o imperialismo norte americano (que com a retomada do crescimento e recuperação da economia européia voltou a sua atenção para a América Latina). Revolução, socialismo, reforma agrária, movimentos sociais, sejam estudantis, operários ou camponeses, eram palavras que ecoavam pelos países latino-americanos. A esse clima somou-se a Revolução Cubana (1959). Por seu caráter socialista, essa revolução fez aumentar o medo do avanço comunista pela parte sul do continente americano.

Com a Revolução Cubana iniciou-se uma série de reformas populares, como a expropriação de latifúndios e distribuição de terras, redução do preço das tarifas públicas, combate a especulação financeira e anulou os capitais que eram retirados para o exterior. Com essas medidas o governo americano rompeu relações comerciais com Cuba

Preocupado com o perigo que representava para o continente a revolução cubana, sobretudo, com o alinhamento dessa pequena ilha, que historicamente sofreu interferência do governo de Washington, à grande potência rival dos Estados Unidos na guerra fria, a União Soviética e temeroso de que viesse a acontecer exemplos similares ao cubano na América do Sul, o governo estadunidense dedicou atenção maior para a parte sul do continente americano.

INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA DO SUL

Diante da crise do populismo na América do Sul e a Revolução Cubana, temendo uma radicalização dos movimentos sociais, que poderiam levar à novas revoluções

comunistas na parte sul do continente, área de influência dos Estados Unidos, o governo norte-americano tomou medidas na tentativa de frear o avanço do comunismo.

Os Estados Unidos sempre considerou a América do Sul com sua área de influência. Antes da primeira guerra mundial sua interferência se concentrava principalmente no Caribe onde países como Cuba, Porto Rico e Panamá sofreram intervenções militares e tratados.¹

Os Estados Unidos procurou impor sua hegemonia econômica, sobre os países da América do Sul e, para legitimar sua interferência, fez uso da doutrina Monroe, criada pelo presidente James Monroe (1817 a 1825). Monroe em seu discurso ao Congresso no dia 2 de dezembro de 1823, explicou o teor dessa doutrina a qual pregava que somente aos Estados Unidos cabia fazer pressões sobre os países latino-americanos em caso de problemas com a Europa.

Assim, adotavam a função de polícia do continente, não permitindo interferência de países europeus em solo americano. O pensamento de Monroe consistia em três pontos: a não criação de novas colônias nas Américas, a não intervenção nos assuntos internos dos países americanos, a não intervenção dos Estados Unidos em conflitos relacionados aos países europeus, bem como entre esses e países e suas colônias).

Não apenas a Doutrina Monroe, mas vários outros mecanismos foram utilizados pelos Estados Unidos para legitimar sua influência na América Latina. Segundo Wasserman (1992, p. 17).

(...) para proteger os investimentos do Estado e de particulares norte-americanos na América Latina entre 1900 e 1930, esta defesa foi praticada de várias formas. O *big stick* de T. Roosevelt (1901-1909) pregava a utilização da força armada na intervenção dos negócios latino-americanos, a diplomacia do dólar de W. Taft (1909-1913) proporcionava facilidades econômicas para os norte-americanos na América Latina em troca de empréstimos para os governos e a missão evangelizadora de W. Wilson (1913-1919) encarregava os Estados Unidos de uma missão providencialista para pacificar e democratizar as repúblicas vizinhas.

De fato, pode-se dizer que, a partir de 1930, os norte-americanos intensificaram sua atuação na América do Sul. Para Donghi (2008, p. 210) entre a primeira guerra e a crise de 1929 houve um período de grande progresso da influência econômica norte-americana na América do Sul e, logo Brasil, Uruguai e Argentina, sofreram a penetração maciça do capital

¹ A grande arrancada expansionista dos Estados Unidos se inicia quando o governo estadunidense, vence a guerra contra a Espanha pela independência de Cuba em 1898, o tratado de Paris assinado após o fim da guerra, estabeleceu o controle dos Estados Unidos sobre Cuba e Porto Rico, no caso do Panamá o governo dos Estados Unidos financiou a independência do país, contra a Colômbia em 1903, em troca da permissão para a construção do canal do Panamá ligando os oceanos Atlântico e Pacífico. Os Estados Unidos por sua vez garantiram um subsídio anual e a garantia de independência contra investidas do governo colombiano. (WASSERMAN, 1992 p.15 -16).

norte-americano. A influência ficou ainda mais forte no final da década de 40 com a guerra fria. Para Purdy (2007, p. 229).

A guerra fria na América Latina começou no fim dos anos 40, quando movimentos favoráveis à mudança política e econômica surgiram em muitos países do continente e acabaram refreados ou esmagados pelas elites locais com a ajuda dos Estados Unidos. Manipulando a retórica do anticomunismo, os Estados Unidos mantiveram os países latino-americanos na esfera da influência ocidental por meio de invasão, orquestração de golpes, obstáculos à reforma social e apoio técnico e político a regimes militares repressivos.

A essa altura a o clima de guerra fria já tomava conta da América do Sul, qualquer ação reivindicatória era vista influência da URSS, que a essa altura era visto como inimigo número um do desenvolvimento capitalista. Para Prado (1996, p. 84), “(...), passada à euforia do pós-guerra, em quase todos os setores significativos da economia latino-americana ocorreu situações de estagnação e ate mesmo de regressão”. Essa situação econômica gerou uma maior pressão por parte dos movimentos sociais em toda a América do Sul.

Nesse contexto, a parte sul do continente é varrida por uma onda de golpes militares orquestrados pelo governo norte americano. Para Guazzelli (1993, p. 30). “Os regimes militares que se instalaram tiveram alguns compromissos básicos, desnacionalização da economia, desmantelamento do capitalismo de Estado, acentuada redução das obrigações do Estado quanto ao bem estar social”.

De acordo com Rossi (1982, p. 32) novos mecanismos de repressão que seriam montados nos anos subseqüentes, e amparados pela Doutrina de Segurança Nacional.² Essa doutrina incorpora diferentes elementos e, ao que interessa nesse trabalho, ressalta-se aquele que nasceu da Doutrina Trumam, que livremente interpretada significava que “(...) cada vez que o *status quo* fosse questionado, em qualquer parte do mundo, cada vez que surgisse um governo desfavorável aos Estados Unidos, ou suscetível de tornar-se desfavorável, seria necessário ver nisso o dedo de Moscou”. (ROSSI, 1982, p. 26, 27).

Os mecanismos acima citados fizeram com que os militares tomassem o poder institucionalmente e não mais como árbitros. Nesse novo momento, já não se falava mais de prazos, mais de objetivos a atingir. Diante deste contexto as democracias sul-americanas começaram a cair uma a uma nas mãos dos militares, com apoio do governo norte americano. Para Guazzelli (1993, p. 28)

Em 1962, os militares peruanos anteciparam-se a posse do populista Haya de la Torre e ocuparam o poder... , em 1964, caíram os também populistas João Goulart,

² Essa doutrina nasceu nas escolas militares dos Estados Unidos no pós-guerra, se propagou para as escolas militares do restante do continente. (ROSSI, 1982).

do Brasil, e Paz Estenssoro na Bolívia. Em 1966, as Forças Armadas ocuparam o poder na Argentina; em 1968, novamente os militares assumiam o governo do Peru; em 1973, chegaria ao fim à experiência socialista chilena com o sangrento assalto ao poder por Pinochet, no mesmo ano, deixava o Uruguai de ser a “Suíça da América Latina”.

Uma novidade desse novo momento do exército no poder foi a cooperação entre entres esses governos militares. Criou-se uma rede de repressão, que não conhecia fronteiras. Segundo Rossi (1982, p. 70), durante a XI Reunião dos Exércitos Americanos surge a então chamada “Operação Condor” destinada a diluir as fronteiras tradicionais para que os órgãos da repressão pudessem atuar de forma livre, na perseguição e assassinatos de desafetos políticos dos governos militares.

A Operação Condor, montada na América do Sul, com a participação do governo dos Estados Unidos, foi responsável não somente pela implantação de regimes militares repressores como também pela morte de milhares de pessoas que sumiam após serem abordados por órgão da repressão. Em 1981 durante o Congresso da Fundação Latino-americana pelos Direitos Humanos (FUNDALATIN), o presidente Juan Vives Suria, calculou que 90 mil pessoas nunca regressaram a seus lares após serem abordados por órgãos repressores até 1981. (ROSSI, 1982, p. 50). Outras formas de repressão muito utilizadas por esses regimes eram prisões, torturas, banimentos e até exílios forçados.

Mesmo com todo esse aparato repressor os governos militares sul-americanos enfrentaram uma forte oposição por meio dos movimentos populares (camponeses, estudantes, proletariados e partidos comunistas). Para Donghi (2008, p. 338) nesse período surgiram diversos focos de guerrilha em diferentes zonas desde o Equador até a Argentina. O movimento estudantil também contou com uma participação muito importante no enfraquecimento dos regimes ditatoriais no cone sul. Esses movimentos sociais foram responsáveis por fazer oposição aos regimes militares que começaram a se enfraquecer nos anos 80 dando lugar a uma lenta democratização.

Entretanto, a redemocratização na América do Sul ocorreu em meio a um quadro de direitização política. As camadas populares não foram chamadas a colaborar na formação dos novos governos. Uma das principais contribuições dos regimes militares foi a desmobilização dos movimentos sociais, evitando assim uma radicalização desses movimentos. Para Guazzelli (1993, p. 75) os governos autoritários tiveram como vimos uma ênfase especial na repressão aos descontentes e a oposição em geral, tratando de criar um clima de “salvação” para a crise política não admitindo contestações.

Feito o seu papel o exército saiu sem sofrer grandes modificações, as instituições permaneceram intactas. O que aconteceu foi uma saída estratégica do exército fazendo uma transição de maneira lenta e gradual, passando o poder a governos civis. Devolvia-se assim o caráter democrático às repúblicas da América do Sul.

Com o enfraquecimento dos governos militares os Estados Unidos, já não tinham força, nem a necessidade de continuar apoiando os governos militares, pois o inimigo (o comunismo soviético) já havia sido derrotado. Nesse momento o governo americano já havia recuperado sua hegemonia no mundo, e deixou a conta para os novos governos civis sul-americanos pagarem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível estudar a história da América Sul sem falar em ditaduras militares, devido à constância desse tipo de governo. Nesse estudo pode-se constatar que desde o processo de independência as forças armadas tiveram participação ativa na vida política dos países da América Latina, seja ocupando o poder, seja dando suporte a governos civis.

Mas o que se viu após a segunda guerra mundial (1945), foi um novo tipo de ditadura militar nos países da América do Sul, caracterizada pela intervenção direta do exército com o apoio dos Estados Unidos. Esses governos que se instalaram, não aceitavam qualquer tipo de contestação, agindo de forma autoritária, contra todos que eram considerados subversivos.

Do período que se estende de 1960 a 1980 o que se viu na América do Sul, foram governos repressores que sufocavam qualquer forma de contestação da ordem estabelecida. Nesse período falar qualquer coisa contra o governo dos militares podia resultar em prisão, tortura, exílio e até mesmo na morte. Os governos militares não conheciam fronteiras, agiam livremente, perseguindo e capturando inimigos do regime em qualquer parte do cone sul.

Não se pode afirmar qual foi o fator determinante para o fim das ditaduras militares, se foi a oposição de uma parcela da sociedade ou mesmo o enfraquecimento do bloco comunista. O fato é que a partir da década de 80 os militares começaram a sair de cena passando o governo aos civis. Contudo, se pode notar, que após anos de repressão, o interesse da maioria da população por assuntos ligados a política é pouco significativo. O que se vê hoje são pessoas que não se interessam por nada que diz respeito à política ou que pouco aprofundam seus conhecimentos sobre o assunto. Seria a despolitização consequência de mais de 20 anos de repressão? Essa é uma questão que ainda se coloca para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. **O que e política?** Fragmentos das *Obras Póstumas* compilados por Úrsula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CACERES, Florival, 1949 - **Historia geral** / Florival Cáceres. – 4, ed.rev.ampl. Ed. atual. — São Paulo: Moderna, 1996.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América latina**. Tradução de Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1975.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **História Contemporânea da América Latina: 1960- 1990** / César Augusto Barcellos Guazzelli. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1993.

KARNAL, L. [et. al]. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

PRADO, Luiz Fernando Silva. **História Contemporânea da América Latina: 1930-1960** / Luiz Fernando Silva Prado. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1996.

ROSSI, Clóvis – **Militarismo na América Latina**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

SALES, C. H. O.; PRADO, M. L. C.; JANOTTI, M. de L. M. (orgs.). **A História na política, a política na história**. São Paulo: Ed. Alameda, 2006.

WASSERMAN, Claudia. **História Contemporânea da América Latina: 1900-1930** / Claudia Wasserman. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1992.